

Acta – Reflexão Pública

Ao décimo terceiro dia do mês de março de dois mil e dezanove, entre as dezanove e as vinte e uma horas, no IFICT (Instituto de formação, investigação e criação teatral), em Lisboa, reuniu-se uma comissão da Federação Portuguesa de Yoga (FPY) com cerca de 30 professores de Yoga de diferentes escolas e tradições de Yoga, com vista à reflexão conjunta sobre a possibilidade de regulamentação do Yoga em Portugal.

A presidente da FPY, Joana Oliveira, começou por agradecer a presença de todos e, seguidamente, expôs as motivações da FPY no que toca à regulamentação do Yoga em Portugal: carreira profissional dos professores (carência de protecção social, precariedade dos recibos verdes) e segurança dos praticantes, tendo em conta a falta de uniformidade no que toca à formação dos professores e o número crescente de praticantes (escolas, ginásios, espaços privados...). Referiu que a FPY tem, desde a sua fundação, procurado junto da Assembleia da República alertar para a necessidade de legislar sobre esta matéria e agora, dado o significativo aumento de praticantes e o reconhecimento pela UNESCO do Yoga como património imaterial da humanidade, parece haver abertura por parte dos diversos partidos políticos para legislar sobre esta matéria. Lembrou que a FPY, enquanto entidade com utilidade pública, está ao serviço do Yoga, dos professores de Yoga e dos praticantes de Yoga e tem reflectido bastante sobre o assunto, quer a nível interno, quer no seio da União Europeia de Yoga, junto das federações membro, para também perceber o que se passa a nível europeu. Concluiu dizendo que está na altura de alargar esta reflexão a toda a comunidade yógica, visto ser o Yoga uma filosofia de vida tão rica e tão plural.

Foi unânime a conclusão de que é importante regulamentar a carreira e a formação do professor de Yoga e os presentes consideraram também ser essencial passar à acção concreta.

Assim, foi apresentado o plano de acção que resultou da reunião entre diferentes escolas de Yoga havida neste mesmo dia, pelas quinze horas:

1 – criação de um grupo de trabalho aberto, do qual inicialmente farão parte as escolas presentes na reunião das 15 horas, mas ao qual se poderão juntar outras escolas que venham a ter interesse em participar;

2 – levantamento do número de escolas de yoga em Portugal e do número de professores de Yoga, através, eventualmente, de uma base de dados, que deverá ser apresentada de forma neutra e bem fundamentada, de forma a que todos os professores de Yoga queiram, de facto, registar-se nela.

3 – recolha e compilação de estudos científicos que atestem a eficácia do Yoga.

A propósito do segundo ponto, interveio o professor Paulo Hayes para informar de um estudo levado a cabo na Universidade Lusófona que lhe permitiu concluir que existiam à data 142 associações de Yoga registadas em Diário da República.

A professora Clara Branco interveio para sugerir que se fizesse a recolha e análise dos Estatutos das diversas Associações, oferecendo-se para executar essa tarefa.

Os professores Luís Matias e Pedro Albuquerque chamaram a atenção para a necessidade de se pensar no reconhecimento da formação dos professores que já estão no activo no momento em que a regulamentação acontecer.

Tendo sido informados os presentes de que, na reunião anterior, foi considerado como mais plausível o enquadramento do Yoga no Ministério da Educação, visto que o enquadramento no Ministério da Saúde se afigura como mais complexo, houve professores (nomeadamente os professores Paulo Hayes e Maria Batista) que manifestaram a sua discordância, defendendo ser o enquadramento no Ministério da Saúde o mais natural, atendendo aos exemplos do Brasil e da própria Índia. A professora Joana Oliveira lembrou que nenhuma hipótese está descartada, visto a reflexão ainda estar em curso, e que os dois caminhos podem inclusivamente ser percorridos em paralelo.

No final da reunião, a presidente da FPY solicitou aos presentes que enviassem para a FPY outras sugestões que entretanto surgissem e que divulgassem este trabalho de reflexão pública por todos os eventuais interessados.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que será tornada pública, de forma a tornar acessível a informação nela disponibilizada a todos os interessados.

As Secretárias

Ana Pereira e Joana Santos